

Apesar de existirem várias versões sobre a origem da Cachaça Brasileira, o certo é que a sua história se confunde com a História do Brasil, tendo como protagonistas principais a Cana de Açúcar, o Escravo Africano e o Imigrante Português, que, juntos, numa Terra de Índio, criaram a bebida que mais simboliza o espírito descontraído do brasileiro.

Mesmo sendo o consumo de bebidas espirituosas uma prática comum entre os índios, que produziam o “Cauim”, sabe-se que a “Cachaça” não se originou daí. O cauim era uma bebida, geralmente feita de mandioca, milho ou caju, cujo processo de fazimento constituía em mastigar a matéria-prima e depois cuspi-la em outro recipiente, quando então se iniciava a fermentação. O Cauim era consumido em grandes quantidades, por homens e mulheres, durante as constantes festas na tribo, além de fazer parte do ritual canibal, antes dos verdadeiros banquetes servidos com as carnes dos inimigos. Certamente, o processo de produção da atual aguardente Tiquira, do Maranhão, originou-se do Cauim, aplicando a tecnologia da destilação, que não era de domínio dos índios.

Sobre a denominação, a versão mais lógica e coerente é que o nome “cachaça” origina-se do espanhol “cachaza”, que, bem antes de 1500, na Península Ibérica, denominava uma bagaceira de qualidade baixa. A palavra “cachaça” é, portanto, um brasileirismo que teve o seu uso generalizado entre 1600 e 1700, para denominar a nossa aguardente de cana.

Historicamente o surgimento da cachaça se deu durante as primeiras tentativas de exploração das terras brasileiras pelos portugueses. A primeira plantação de cana foi feita em 1504 pelo fidalgo judeu de Portugal Fernão de Noronha, que recebeu a ilha, batizada com o seu nome, para exploração do pau brasil. Há referências de que o primeiro engenho de açúcar foi construído por Cristóvão Jacques, em 1516, na Feitoria de Itamaracá, criada pelo Rei D. Manuel no litoral pernambucano. A prova documental desta tese está nos registros de pagamento de tributo alfandegário sobre carga de açúcar, vinda de Pernambuco, datados de 1526, e encontrados em Lisboa. Pesquisas arqueológicas, conduzidas pela Universidade Federal da Bahia, encontraram ruínas de um engenho de açúcar, datado de 1520, nas redondezas de Porto Seguro. Em contrapartida, pelo fato de Martim Afonso de Souza ter chefiado a primeira expedição colonizadora oficial do Brasil, tendo fundado a Vila de São Vicente em 1532 e logo iniciado o cultivo da cana e a construção de engenhos de açúcar, tem sido defendida a tese de que a produção de açúcar, e conseqüentemente da cachaça, tenha sido iniciada no litoral paulista.

Embora não haja dúvidas de que a cachaça tenha nascido intencionalmente, e não por acaso, em algum engenho da Costa do Brasil, pois os portugueses já utilizavam o processo de destilação para produzir a bagaceira (destilado de cascas de uvas), as vertentes citadas conduzem a três versões sobre o local de surgimento da cachaça no Brasil: Pernambuco, Bahia ou São Paulo. Apesar de não haver registro preciso, pode se afirmar que a cachaça surgiu no território brasileiro, em algum engenho do litoral, entre os anos de 1516 e 1532, sendo, portanto, o primeiro destilado das Américas, antes mesmo do aparecimento do pisco peruano, da tequila mexicana, do rum caribenho e do Bourbon americano.

A produção em maior escala no Brasil começou nos fins do Século XVI, no período das Capitânicas Hereditárias, conforme Gabriel Soares: “na altura de 1584 existiam oito casas de cozer méis na Bahia”. Há registros de que em 1610 a bebida já existia no Brasil, pois, durante a sua estadia em Salvador nessa época, o francês Pyrard de Laval escrevera: “Faz-se vinho com o suco da cana, que é barato, mas só para os escravos e filhos da terra”.

Também no período da escravidão, a aguardente da Terra teve uma grande valorização, pois, juntamente com o tabaco, passou a ser moeda corrente de extensa circulação para o escambo de escravos. Além disso, a cachaça passou a ser servida aos escravos e aos marinheiros, para que eles suportassem a longa viagem, através do oceano, entre a África e o Brasil. Ambrósio Richshoffer, embarcado na esquadra holandesa que vem assaltar Pernambuco, anota no seu Diário em 31 de dezembro de 1629: “foi então dada a ordem de distribuir-se, pela manhã e à noite, um pouco de aguardente pelas equipagens”.

Durante o período em que o Conde Maurício de Nassau governou, no Recife, o Brasil Holandês (1637-1644), o médico Guilherme Piso e o naturalista Jorge Marcgrave descreveram a fabricação do açúcar em Pernambuco, fazendo alusão a cachaça: “o caldo é sujeito à ação de um fogo lento, sempre movido e purgado por uma grande colher de cobre chamada escumadeira, até que fique bem escumado e purificado. A espuma é recebida numa canoa, posta embaixo, chamada tanque, e assim também a cachaça”.

Em 1654 os holandeses foram expulsos de Pernambuco, tendo retomado a produção do açúcar no Caribe e, como aprendido no Brasil, iniciaram, em 1655, a destilação de uma bebida, que chamaram inicialmente de “Tafiá”, que deu origem ao “Rum”. Assim, pode-se dizer que o Rum caribenho filho da cachaça.

Com o passar do tempo, a cachaça, que era inicialmente bebida de escravos, teve seu processo produtivo cada vez mais aprimorado, atraindo vários consumidores e passando a ter importância econômica no Brasil Colônia. Com isso, os Vinhos e a Bagaceira importados de Portugal experimentaram uma redução alarmante do seu consumo. A relevância que a cachaça começou a adquirir, aliada ao fato de não ser taxada, fez com que aflorassem conflitos de interesses, obrigando a Coroa Portuguesa, em 1649, através da Carta Real, a proibir a fabricação e a venda de aguardente em todo Estado do Brasil. Talvez pela importância econômica no cenário açucareiro e agrícola da época, essa proibição tinha duas exceções: não se aplicava a Pernambuco e o uso da bebida ficava restrito à população escrava, não sendo permitida a venda, mas apenas a produção para o consumo próprio.

Devido à pressão da Companhia Geral do Comércio, a comercialização foi liberada, porém com a introdução de um novo imposto sobre a cachaça. Então, em 1660, senhores de engenho e membros da Câmara do Rio de Janeiro enviaram ao Governador uma lista de reivindicações. Como não foram atendidos, deflagraram, em junho de 1661, a Revolta da Cachaça.

A partir daí houve uma grande reação dos senhores de engenho, comerciantes e destiladores, que continuaram a produzir e a vender a cachaça. Com a descoberta do

ouro nas Minas Gerais, surgiram vários povoados espalhados em lugares altos e úmidos da Serra do Espinhaço. Os garimpeiros para amenizar o frio passam a consumir ainda mais a cachaça, então proibida, que era trazida pelos tropeiros que subiam a serra através de trilhas – daí a histórica “Trilha do Ouro” – levando mercadorias e gêneros para o consumo diário.

Como todo o ouro era escoado para Portugal, através da Baía da Ilha Grande, especificamente através do Porto de Paraty, as trilhas dos tropeiros partiam também desta cidade. Devido ao crescente comércio da cachaça, mesmo na época da proibição da bebida, houve uma proliferação de alambiques clandestinos nessa região, que chegou a ter cerca de 150 engenhos, já que, como se dizia na época, “onde mói um engenho, destila um alambique”. A fama da região como produtora de cachaça cresceu tanto que “Parati” passou a ser sinônimo de cachaça, sendo comum pedir um “calix de paraty”.

O fato é que, mesmo com a interdição, a cachaça, chamada por nomes diferentes, estava em todas as partes. Então, em 13 de setembro de 1661, em decorrência da Revolta da Cachaça, o Rei D. Afonso VI, sob a regência da Rainha D. Luíza de Gusmão, suprimiu a proibição ridícula, inoperante e ineficaz. A solução encontrada pelo Reino foi o aumento constante dos impostos, a partir daí, sobre a sua comercialização. Mais tarde, precisamente no período entre 1756 e 1766, foi instituído o “Subsídio Voluntário” cujos recursos eram destinados à reconstrução de Lisboa, pelo Marquês de Pombal, devastada por um terremoto em 1755. Como se não bastasse essa tributação, em 1772 foi estabelecido o “Subsídio Literário”, que era destinado ao pagamento de “professores de primeiras letras”, só tendo sido oficialmente revogado alguns anos após a independência.

Com o passar do tempo, a cachaça foi conquistando ascensão aos diversos níveis sociais, tendo tido um papel importante no período pré-independência, quando era patriotismo não beber produtos vindos de Portugal. Em 1789, durante o movimento da Conjuração Mineira, os intelectuais, sacerdotes e militares envolvidos tomavam a cachaça como símbolo da democracia, de nacionalismo e de protesto contra as ordens de Lisboa.

Quando em Pernambuco rebentou a revolução de 1817, a cachaça foi o símbolo da luta contra o domínio português. Os pernambucanos, imbuídos do seu típico nacionalismo, boicotaram os produtos oriundos do reino. Chegaram até a substituir o pão pelo cuscuz e pela tapioca, para não consumir a farinha de trigo. Gilberto Freyre lembra que “o Padre João Ribeiro – uma das figuras mais doces que já passaram pela História do Brasil – fazia questão de levantar seus brindes com aguardente de cana, em vez de vinho do Porto. Era a exaltação patriótica e romântica da cana de açúcar”. Ainda na revolução de 1817, Luiz da Câmara Cascudo também comenta que “o Padre João Ribeiro, mentor tão legítimo que se suicidou na derrota, recusou o cálice de vinho francês, que lhe oferecia Tollenare, e pediu, para o brinde a aguardente.”

Após passada a fase dos movimentos nacionalistas, chegou a independência em 1822. A História do Brasil evoluía, assim como o consumo da cachaça, pelas mais diversas classes sociais, principalmente pelos níveis mais simples, devido ao preço extremamente acessível. Muita gente desocupada perambulava pelas ruas pedindo esmolas para comprar cachaça e afogar suas desgraças. O fato agravou-se principalmente após a bem intencionada, porém mal planejada, Abolição dos Escravos,

que saindo das casas dos seus patrões para comemorar a vitória após uma semana de festas, não tinham mais abrigo nem comida. A partir de então, a cachaça experimentou o seu lado triste, servindo de refúgio para amenizar as dores da miséria e da fome. Aí começa a decadência da cachaça, que passa muito tempo a ser vista com preconceitos, como bebida de “pinguços” e “cachaceiros”, que se tornaram termos pejorativos e denegriram a imagem da cachaça.

Em fevereiro de 1922, durante a Semana de Arte Moderna, que, através dos campos literários e das artes plásticas, buscava romper as tradições acadêmicas e reforçar o acento brasileiro, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, a cachaça volta à mesa, acompanhando pratos tradicionalmente brasileiros.

Desde então, a cachaça passou a inspirar cantigas, trovas e rezas. Chegou a ser tema de músicas populares, nos sambas, marchinhas, frevos e serestas, como parte integrante da realidade brasileira, histórica e social.

O fato é que neste ano de 2016, a cachaça poderá estar comemorando os seus 500 anos.